

VENDA IRREGULAR DE TERRAS

DF - invadido

WENDEL GOMES

Polícia fecha o cerco à grilagem

Apreensão de material pode levar os irmãos Pedro e Márcio Passos para a prisão

RICARDO BORGES

A Delegacia do Crime Contra o Meio Ambiente do Departamento de Polícia Especializada (DTE) apreendeu, ontem pela manhã, documentos e computadores no escritório imobiliário do empresário Márcio Passos e na residência de Vinícius Tarso e Dijair Amanho. Todos são investigados pela polícia sob acusação de venda irregular de terras públicas no Distrito Federal. O empresário é irmão do deputado distrital Pedro Passo (PMDB).

Márcio é acusado de vender lotes que pertencem ao

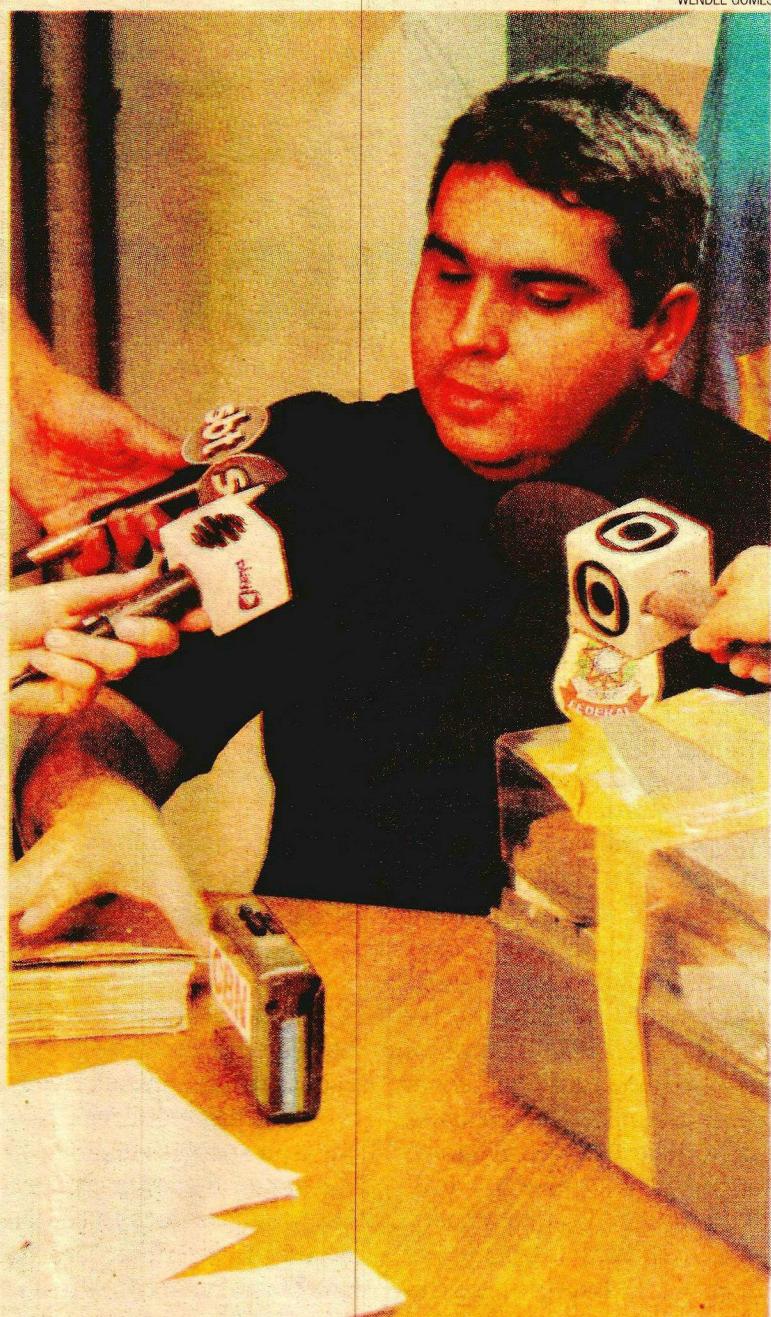
DF Tarso e Amanho, de cederem o CPF para o registro em certidões. O material só pôde ser apreendido devido a três mandados de busca e apreensão liberados ontem pela Justiça. O caso, que já é investigado há três anos, vem tramitando com lentidão. "Eu aceitei o desafio de conduzir o caso e hoje (ontem) conseguimos o mandado para apreendermos o material", explica o delegado-chefe da Delegacia do Crime Contra o Meio Ambiente, Francisco Leite Souza Azul Neto.

As investigações começaram quando a Delegacia do Crime Organizado da DTE recebeu denúncias anônimas de vendas irregulares de terras no DF. Por meio das denúncias, coletas de informações e oitiva de testemunhas, a polícia chegou a Márcio Passos, acusado de ven-

der os lotes.

Segundo o delegado, a próxima etapa da investigação é apurar o que foi apreendido. "Nós vamos investigar o que apreendemos e, caso consigamos provas, todos que estão envolvidos no crime serão presos." Pedro Passos também é investigado, acusado de envolvimento com o esquema, porém, os advogados do deputado alegaram que Márcio não poderia ser investigado no mesmo processo do irmão, uma vez que o distrital teria privilégios, por ser parlamentar.

Fontes da polícia garantem que, com a apreensão do material ontem, já existem provas suficientes do envolvimento dos irmãos Passos com terras irregulares. Se forem presos, responderão por formação de quadrilha, falsificação de documentos e grilagem de terras.



Delegado diz que material será investigado e pode dar cadeia